

A CRISE IGREJA-ESTADO

CSN preocupa-se com Calha Norte

Quebra de sigilo

A maior preocupação da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, ao estudar as ações da Igreja Católica, é com o fato de as críticas ao Projeto Calha Norte serem todas de caráter destrutivo. Dos documentos, tornados públicos desde que foram enviados pela Secretaria Geral do CSN à CPI que investiga as denúncias de O Estado de S. Paulo acerca da conspiração contra o Brasil, existe um em que se cuida da quebra de confidencialidade dos documentos da secretaria geral. Esse vazamento é atribuído a ligações entre funcionários da Funai e o Cimi.

Em outro parecer, a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional refuta os argumentos mais genéricos que o Cimi vem difundindo contra o projeto Calha Norte.

O primeiro documento é de 31 de outubro de 1986, constante da Pasta 10, Parecer nº 019 da 3ª seção do CSN, título "Projeto Calha Norte — artigos publicados na imprensa". O segundo deles é de 4 de novembro de 1986, Parecer nº 20, da 3ª seção da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.



Sidney Corrêa

A propósito da quebra de sigilo, diz o parecer nº 19:

"b. Acesso a documentos. Ainda que os documentos citados (EM 018 e 770) não tenham sido classificados como 'sigilosos', foi dada uma recomendação de que o assunto fosse tratado sob o 'aspecto de confidencialidade' pelos motivos expostos pelos peritódicos, em particular pelo Jornal do Brasil.

A análise do texto do Jornal do Brasil (Anexo 1) demonstra o seguinte: Itens, grifados, 1 e 18 foram extraídos da EM 018; Itens, grifados, de 2 a 15 foram extraídos da EM 770.

Estes documentos foram distribuídos aos seguintes órgãos, todos componentes do GTI: Ministério das Relações Exteriores, Marinha, Exército, Aeronáutica e Interior, Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional e Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

c. Interesses no assunto. Ao Governo não interessa sonegar informações sobre o Projeto Calha Norte, à exceção das que impliquem o relacionamento com países vizinhos. Tanto que já foi promovida a ida de uma comitiva, composta por representantes de outros Ministérios (Saúde, Transportes e Minas e Energia) e Secretarias (Ação Comunitária e Tesouro Nacional), à área com o propósito de tomar conhecimento, "in loco", dos problemas que afligem esta vasta região do Território Nacional.

As notícias, publicadas no Jornal do Brasil e Folha de São Paulo, dão destaque às reações por parte da Igreja Católica, a quem, aparentemente, não interessa uma ação mais eficaz do Governo (em particular da FUNAI) sem o seu concurso (ou controle?).

5. PARECER

Quanto à divulgação, não autorizada, de documentos do Governo, é recomendável uma ação do Serviço Nacional de Informações, no sentido de identificar a fonte. Existem indícios de que haja estreita cooperação entre o CIMI e elementos da FUNAI, o que facilitaria o acesso a tais documentos.

Quanto a uma possível resposta, aos artigos publicados, já que o aspecto de confidencialidade foi desrespeitado, sugere-se uma divulgação ampla e que aborde, no mínimo, os seguintes pontos:

— a coordenação do Projeto Calha Norte é da SEPLAN, e não da SG/CSN;

— o Projeto não se restringe à Faixa de Fronteira, ainda que a ela tenha sido atribuída prioridade;

— não se trata de "militarização" da região, ainda que os primeiros passos sejam articulados com o dispositivo militar por contarem com melhor estrutura de apoio logístico;

— o papel da FUNAI é bem mais importante, do que o descrito, ainda que independente do apoio dos grupos religiosos;

— as ações do Projeto não são isoladas ou sigilosas, mas sim integradas às demais, planejadas ou em curso, não só do Governo Federal como também dos Governos dos Estados e Territórios Federais. Como nas reportagens analisadas é afirmado que o presidente do CIMI (o austríaco D. Erwin Krautler) convocou uma entrevista (31.1430.Out.86) para criticar a iniciativa do Governo Brasileiro, parece que a resposta, acima sugerida, e salvo melhor juízo, deva ser formalizada após a análise deste evento.

A contestação ao Cimi, em defesa do projeto

O texto do parecer nº 20 em que se contestam as afirmações do Cimi contra o Projeto Calha Norte e dele se faz a defesa é o seguinte:

4. APRECIACÃO

a. Assuntos não esclarecidos

Considerando neste tópico não só os assuntos não abordados pela imprensa como os abordados de forma incorreta ou incompleta, observa-se o seguinte:

1) Política indigenista — o apoio à política indigenista foi perfeitamente avaliado no Projeto Calha Norte, pois, além dos Projetos Especiais da Funai, foi concebida sua integração ao Plano de Desenvolvimento da Amazônia, onde tal assunto é abordado de maneira prioritária.

— nos Projetos Especiais, propostos pela Funai, podemos citar: Fortalecimento dos postos indígenas (35).

- b) Criação de unidades descentralizadas (administrações regionais).
- c) Estudos para delimitação e demarcação de áreas indígenas.
- d) Apoio a Projetos de Desenvolvimento Comunitário.
- e) Incentivo ao artesanato.
- f) Construção de campos de pouso (11).

2) Articulação Militar. A considerada 'ocupação militar da Amazônia' nada mais é do que a criação de oito Pelotões de Fronteira cuja função principal, além da constituição do Exército, é voltada para propiciar as bases indispensáveis à melhoria da qualidade de vida das populações civis que vierem a se instalar na Faixa de Fronteira. Esses Pelotões representam ao todo cerca de 400 a 500 militares, número insignificante para a vastidão da região.

b. Reação da Igreja Católica. Alguns setores da Igreja Católica

(Cimi e CNBB) manifestaram-se a respeito do assunto e o fizeram de maneira parcial e tendenciosa.

Da análise, dos diferentes artigos veiculados, pode-se extrair:

- 1) 'Militarização da Amazônia'. Dentre as oito necessidades básicas da região (já amplamente difundidas pela imprensa) apenas a de aumentar a presença brasileira foi concebida para ser atendida, numa primeira fase, com a instalação de unidades militares (Pelotões de Fronteira), que serviriam de apoio aos passos seguintes, por contarem com melhor infra-estrutura logística para a implementação inicial naquela vazia e inóspita região.

É ridículo imaginar que oito Pelotões, numa faixa de 6.500km de extensão, façam parte de um projeto de militarizar a Amazônia.

- 2) 'Exterminio dos povos indígenas'. A preocupação de ampliar a ação

tradicional da Funai (descrita anteriormente) somente pode ser analisada como exterminadora se o Conselho Indigenista Missionário atribui ao Governo Federal sem qualquer respaldo intenções genocidas.

- 3) 'Teoria da razoabilidade'. Quanto às restrições à demarcação indiscriminada de áreas indígenas na Faixa de Fronteira, apesar de não serem citadas no Projeto Calha Norte, deve-se lembrar que as razões do Estado devem colocar-se acima das razões das minorias que o compõe, ainda que calha sempre a compatibilização de interesses, através do diálogo e apoiada em argumentos sólidos.

Não existe por parte do Governo Federal nenhum *index pro hibitorum*, nem qualquer dogma, que impeça a discussão do assunto.

- 4) Caráter autoritário, imperialista e paranóico.

Talvez estas definições caibam a quem defende a idéia da existência de uma sociedade paralela à Sociedade Nacional.

A busca da Integração Social não é autoritária, a manutenção da Integridade Territorial de seu próprio território não é imperialista e a intenção de levar o bem-estar social a todos os brasileiros não pode ser chamada de paranóica.

5) Viabilização de grandes investimentos

Quem, de fato, conhece as carências da Região Amazônica sabe que um Projeto, rico em intenções, porém com recursos da ordem de Cz\$ 1 bilhão (para aplicação em quatro anos), não é capaz de por si só viabilizar grandes empreendimentos.

No entanto, se com este conceito o CIMI deseja insinuar que a oferta de melhores condições de vida propi-

ciará o desenvolvimento econômico daquela vasta região, podemos dizer que a interpretação está correta e extremamente feliz será o seu criador se as intenções se transformarem em realidade.

5. PARECER

Esta Subchefia é de parecer que: a. Deverão ser esclarecidos, à opinião pública, os assuntos abordados no item 4a, porém de maneira informal, e não através de Nota Oficial.

b. Não deverão nesta oportunidade ser respondidos diretamente os ataques do CIMI ao Projeto Calha Norte a menos que a via judicial seja julgada pertinente, considerando tratar-se de entidade basicamente dirigida por estrangeiros, que é contumaz em criticar ações governamentais ligadas à Segurança Nacional.